



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS**

ANGELA BONFIM DA SILVA

**POLÍTICA LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DE
ESTUDANTES ESTRANGEIROS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**Palmas – TO
2020**

ANGELA BONFIM DA SILVA

**POLÍTICA LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DE
ESTUDANTES ESTRANGEIROS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas com habilitação em Letras/Língua Portuguesa.

Orientador: Professor Doutor Rivadavia Porto Cavalcante.

**Palmas – TO
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

S586p Silva, Angela Bonfim da
Política linguística do português brasileiro: o caso de estudantes estrangeiros de instituições de ensino superior / Angela Bonfim da Silva. – Palmas, TO, 2020.
45 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2020.

Orientador: Dr. Rivadávia Porto Cavalcante

1. políticas públicas, integração linguística, português para estrangeiros.. I. Cavalcante, Rivadávia Porto. II. Título.

CDD 400

ANGELA BONFIM DA SILVA

**POLÍTICA LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DE
ESTUDANTES ESTRANGEIROS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas com habilitação em Letras/Língua Portuguesa.

Orientador: Professor Doutor Rivadavia Porto Cavalcante.

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Rivadávia Porto Cavalcante
IFTO – *Campus* Palmas

Profa. Me. Erika de Souza Luz
IFTO – *Campus* Palmas

Profa. Me. Auricelia Alencar da Silva Fernandes
IFTO – *Campus* Palmas

**Palmas – TO
2020**

Dedico orgulhosamente aos meus pais Maria de Lourdes e Raimundo Nonato, minhas irmãs Renata, Graciane, Valquiria e Eva, aos meus sobrinhos e toda a minha família.

Para vocês!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me amparado até aqui.

Aos meus familiares, pai e mãe que não mediram esforços para eu concluir esta graduação. Sem o apoio de vocês eu não conseguiria.

As minhas irmãs, que sempre me apoiaram financeiramente e me deram força para não desistir dos meus sonhos, mostrando que eu sou capaz de fazer qualquer coisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Rivadávia Porto Cavalcante, por acreditar em meu potencial, pela sua atenção, responsabilidade e apoio para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Aos meus professores do curso de Licenciatura em Letras por todo comprometimento com a docência e por contribuir para a minha formação.

As amigas de Turma, Lucimária, Renata, Janayne, Luciane, Elisangela e Edilene pela amizade e por sempre me motivar.

Aos estudantes estrangeiros por aceitarem participar desta pesquisa.

À banca Profa. Me. Erika de Souza Luz e Profa. Me. Auricelia Alencar da Silva Fernandes por aceitar o convite de analisar e contribuir com meu trabalho.

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em investigar como ocorre a aprendizagem do Português para Estrangeiros (doravante PLE), no contexto acadêmico brasileiro. O objetivo do trabalho de pesquisa foi elaborar uma base de compreensão, através de diálogos com 5 estudantes estrangeiros acerca de suas experiências de aprendizagem do Português no contexto acadêmico brasileiro. Mobilizamos os aportes teóricos da Linguística Aplicada que tratam das questões das línguas, enquanto práticas sociais (Almeida Filho, 2008; Bizon, 2013; Dionizio, 2017) entre outros estudiosos da linguagem). Adotamos o modelo de pesquisa qualitativa de natureza aplicada e exploratória. Para a geração dos dados, valorizamos relatos orais e escritos de cinco estudantes intercambistas de universidades distintas no Brasil. As análises dos dados revelaram que, devido à incipiência da oferta de cursos preparatórios de Língua Portuguesa, os participantes do estudo recorreram a métodos alternativos de autoaprendizagem do português brasileiro. O resultado incita a refletir que, embora o ensino de Português para alunos estrangeiros, no contexto universitário pesquisado seja ainda uma experiência recente, este fato por si mesmo, já seria suficiente para que as instituições de ensino superior implantem políticas linguísticas mais inclusivas vislumbrando a criação de espaços e condições de aprendizagem do idioma brasileiro. E que em suas ações contemplem o acolhimento e a produção de conhecimento a partir da vivência de mundo daqueles sujeitos.

Palavras-chave: políticas públicas, integração linguística, português para estrangeiros.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work is to investigate how learning Portuguese for Foreigners occurs (hereinafter PLE), in the Brazilian academic context. The objective of the research work was to elaborate a base of understanding, through dialogues with 5 foreign students about their experiences of learning Portuguese in the Brazilian academic context. We mobilized the theoretical contributions of Applied Linguistics that deal with language issues, as social practices (Almeida Filho, 2008; Bizon, 2013; Dionizio, 2017) among other language scholars). We adopted the qualitative research model of an applied and exploratory nature. For the generation of data, we value oral and written reports of five exchange students from different universities in Brazil. The data analysis revealed that, due to the incipience of the offer of preparatory courses in Portuguese, the study participants resorted to alternative methods of self-learning of Brazilian Portuguese. The result encourages us to reflect that, although teaching Portuguese to foreign students, in the university context researched is still a recent experience, this fact in itself would be enough for higher education institutions to implement more inclusive linguistic policies with a view to creating of spaces and conditions for learning the Brazilian language. And that in their actions they contemplate the reception and the production of knowledge from the experience of the world of those subjects.

Keyword: public policies, linguistic integration, Portuguese for foreigners.

LISTA DE ABREVIATURAS

PLE	Português Língua Estrangeira
L1	Português primeira língua
L2	Português Segunda Língua
PFOL	Português para falantes de outras línguas
PLA	Português como língua adicional
PE	Português para estrangeiros
EPLÉ	Ensino de Português Língua Estrangeira
PEC - G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
Celpe - Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
PL	Políticas Linguísticas
SE	Segmentos Enunciativos
PB	Português Brasileiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Finalidades das entrevistas.	28
Quadro 2 Temas das entrevistas.	29
Quadro 3 Etapas das atividades realizadas na pesquisa.	30
Quadro 4 Representação dos participantes da pesquisa.	31
Quadro 5 Representações sobre métodos de aprendizagem do PLE.	32
Quadro 6 Interação social para a aprendizagem de PLE.	35
Quadro 7 Aprendizagem das imersões do PLE.	36
Quadro 8 Limitações e dificuldades na aprendizagem do PLE.	37
Quadro 9 Métodos considerados úteis à aprendizagem do PLE.	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 CONCEITUANDO APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA	16
2.2 DISTINÇÃO DOS TERMOS AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA SEGUNDA LÍNGUA	17
2.3 O PLE NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	18
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR	22
3.1 PROGRAMA DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS – CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G)	22
3.2 A POLÍTICA LINGUÍSTICA DO PEC-G: O PAPEL DO PLE.....	25
4 PERCURSO METODOLÓGICO	26
5 ANALISANDO OS DADOS: VOZES DOS PARTICIPANTES	31
5.1 CONCEPÇÕES SOBRE MÉTODOS PARA A APRENDIZAGEM DO PLE	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTE ESTRANGEIRO	45

1 INTRODUÇÃO

O Português, enquanto Língua Internacional ou Língua Estrangeira (doravante PLE), tem se despontado ao longo da história da humanidade, mais especificamente, a partir do desbravamento dos países da África, Ásia e América, onde a imposição do idioma e da cultura de Portugal foi se fortalecendo, devido à urgente necessidade de intercompreensão entre as populações dos territórios conquistados. Logo, as consequências dos fatos sociopolíticos mencionados levaram o Português à condição de Língua Oficial e/ou segunda língua de diversos países daqueles continentes.

Atualmente, a imposição linguística não é igual ao modo dos tempos passados, que era mediada por punições, escravização de mão de obra e extração de riquezas dos países explorados. A sociedade de hoje sofre a necessidade de cooperação e bom relacionamento entre os países, o que tem se tornado imprescindível para o desenvolvimento cultural e econômico dos estados nacionais.

Nesse domínio, a língua ocupa função central na produção e nas trocas do conhecimento entre as populações, além de possibilitar a difusão de ideologias e valores, a negociação e os acordos para e na cooperação internacional. Por essa razão, o número de aprendizes do Português tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas, conforme evidenciam os estudos e pesquisas recentes no âmbito da Linguística Aplicada (cf. MOITA LOPES, 2012; OLIVEIRA, 2013; BIZON, 2013), entre outras.

Em virtude do aumento do número de estrangeiros no Brasil, desde a década de 1960, dados disponibilizados pela Divisão de Assuntos Educacionais (DCE) ¹ do Ministério de Relações Exteriores (MRE) aponta para o crescimento da demanda de estudantes de outros países em busca de intercâmbio acadêmico, além de interesses econômicos do Estado.

Decorrente dos fatos mencionados, no campo das políticas internacionais e das políticas linguísticas educacionais do governo brasileiro, ações voltadas para o planejamento a favor do ensino e da expansão do PLE têm adquirido relevo

¹ Disponível em: < <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

importante nesta década e promovido intensos debates nas agendas acadêmicas de instituições de ensino superior.

Documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Educação e Cultura oficializam a política linguística de abrangência nacional, representada pelo Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, que atualiza o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e pela Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, que institucionaliza ao nível nacional o Programa Idiomas sem Fronteiras (BRASIL, 2016).

Dentre essas políticas, no presente projeto prioriza-se o estudo do andamento da política linguística do PLE no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), em desenvolvimento nas universidades brasileiras. O programa em pauta se inscreve como ação da política internacional brasileira direcionada à cooperação com países em desenvolvimento do hemisfério sul. Enquanto espaço de planejamento e implementação de política linguística do PLE, o PEC-G visa acolher estudantes provenientes de países da África, da América Latina e Timor Leste (Ásia). Suas ações têm se desenvolvido nos cursos de graduação ofertadas por Instituições de Ensino Superior (IES) conveniadas aos projetos cooperativos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Educação (MEC).

Assim, a opção pela temática em questão é que, analisar e refletir sobre como políticas linguísticas educacionais do PLE são planejadas e implementadas no contexto de formação acadêmica é uma maneira de intervir e colaborar para mais estudos, pesquisas e implementações sobre questões envolvendo o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, que tem sido vista, ensinada e aprendida nos contextos escolares como se fosse um idioma pertencente apenas aos nativos. Em consequência desse fato notório e dos valores sociopolíticos e culturais do Brasil, pouca atenção tem sido conferida ao ensino de PLE nas IES brasileiras, mais especificamente no que concerne às questões didático-pedagógicas em termos de teorias e métodos para à sua implementação.

Assim posto, o presente projeto de pesquisa visa elaborar uma base de entendimento com vistas a dar respostas aos seguintes questionamentos do estudo: de que maneira o ensino do PLE tem sido implementado no âmbito do PEC-G nas instituições de ensino superior brasileiras? Quais métodos são utilizados para proceder ao trabalho didático pedagógico nesse domínio? De igual modo, de que

maneira os estudantes estrangeiros se apropriam do Português brasileiro levando em conta os desafios de suas aprendizagens?

Das justificativas do estudo

Estudar e refletir sobre o idioma português em tempos de globalização e internacionalização das reformas educacionais é relevante para o entendimento de que este idioma se enquadra entre os mais falados do mundo. Isto porque a Língua Portuguesa é “tida como a sexta maior língua do planeta em número de falantes ainda em crescimento”. (BATISTA; ALARCÓN, 2012, p.1), o que lhe confere o status de língua global. Logo, faz-se necessário atualizar os métodos para o seu ensino, considerando-se a finalidade de seu ensino, a formação inicial e continuada do professor de PLE e as necessidades do público alvo.

As Políticas Educacionais no contexto brasileiro não têm dado a devida atenção à área de PLE, visto que, na maioria dos cursos de licenciatura em Letras das universidades brasileiras, os professores ensinam o idioma a partir de didáticas e métodos voltados ao ensino de Português para nativos. Alega-se neste projeto, a necessidade de incluir o PLE na grade curricular dos cursos de formação de professores com o status de disciplina de português como língua adicional ou internacional. Sobre essa questão, o trabalho (Bizon, 2013) explana que a primeira universidade brasileira a adaptar a grade curricular do curso de graduação e pós-graduação em Letras com disciplinas específicas relacionadas ao ensino de Português como língua adicional foi a Universidade de Brasília (UnB), em 1997. Logo, o PLE é um campo de ensino e de estudo acadêmico que carece de inovação nas demais IES brasileiras.

Apesar de o Brasil ter acordos internacionais na área de educação, cultura, ciência e tecnologia desenvolvidos pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Cultura, o Brasil ainda precisa de investimentos do governo para propiciar aos estudantes que fizeram a mobilidade estudantil apoio nos aspectos sócio educacionais. Na atualidade, o Brasil possui 2.448 unidades universitárias públicas e privadas², porém apenas 109 participam Programa de

² BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**: notas estatísticas. 2017. Disponível em:

Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)³, ou seja, identificamos a ausência de foco do ensino de PLE na educação superior brasileira, visto que são poucas instituições educacionais que se preocupam em receber e enviar estudantes para fortalecer as relações acadêmicas, disseminando a cultura, ciência e tecnologia brasileira.

Diante do exposto, o presente projeto de pesquisa visa colaborar para preencher a lacuna existente com mais trabalhos que vislumbrem o entendimento das práticas de ensino-aprendizagem de PLE no contexto acadêmico brasileiro.

Dos objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é elaborar uma base de compreensão, através de diálogo de como os estudantes estrangeiros estão aprendendo o português brasileiro para as suas atividades acadêmicas. Apresentar as Políticas Educacionais no contexto brasileiro que norteiam o ensino do português para estrangeiros nas instituições de ensino superior, com propósito de contribuir para o avanço dos estudos do PLE.

Os objetivos específicos

1. Identificar através de entrevistas semiestruturadas de que modo os graduandos estrangeiros aprendem o português brasileiro para suas atividades acadêmicas.
2. Refletir sobre os desafios acerca da ensino/aprendizagem do português como língua estrangeira.
3. Comparar as respostas dos estudantes estrangeiros verificando quais as técnicas usadas por eles na aprendizagem da língua portuguesa.
4. Revelar os métodos que têm sido utilizados no ensino e na aprendizagem da Língua Portuguesa dos alunos estrangeiros.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

³ Lista das instituições participantes do convênio PEC-G disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12281:cursos-e-instituicoes&catid=253:pec-g

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa parte do projeto, colocamos em discussão as teorias que embasam a pesquisa, considerando a linguagem como fator social, cultural e histórico que depende da interação humana. Inicialmente, explana-se sobre como ocorre a aquisição da língua, seguindo os estudos do modelo sociointeracionista. Em seguida, conceitua-se a diferença entre aquisição e aprendizagem da segunda língua, e logo após, elucidamos o conceito de língua estrangeira e finalizamos com a abordagem sobre o ensino do PLE no contexto universitário brasileiro e as políticas públicas linguísticas que visam intercâmbios de estudantes de ensino superior.

2.1 CONCEITUANDO APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA

No que se refere à corrente sociointeracionista, esta por sua vez, defende que a língua materna se desenvolve em diferentes contextos sociais com processo histórico-cultural (cf. VYGOTSKY, 2001). Assim, para que o humano possa aprender a língua, faz-se necessário a sua interação com o universo social e com a língua vigente utilizada com seus iguais, isto é, com as pessoas e com os elementos e/ou objetos de seu mundo circundante, sem perder de vista que o ato de interagir desenvolve as capacidades de linguagem.

As línguas e linguagens não devem ser analisadas, somente, pela vertente funcional e comunicativa, mas também pela identidade dos sujeitos, pensamento e sua consciência. A esse respeito, Bakhtin assevera que:

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre a consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico), e conseqüentemente, somente no processo de interação social. (BAKHTIN, 1992, p.34)

Ao chegar à constatação de que o signo só se torna signo no processo de interação social, Bakhtin alcança o ponto crucial da teoria sociointeracionista considerando as línguas como criações coletivas.

Portanto, o presente trabalho segue a base teórica bakhtiniana, visto que seus pressupostos ampliam a noção de língua e de linguagem enquanto atividade

de prática social e como ingredientes que possibilitam a concretização dos acordos e dos atos humanos.

2.2 DISTINÇÃO DOS TERMOS AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA SEGUNDA LÍNGUA

Nessa parte da pesquisa, explana-se sobre a distinção entre os termos aquisição e aprendizagem de L2, coloca-se em discussão o aspecto formal e informal para o processo de ensino e aprendizagem da L2.

Considera-se neste TCC a aplicabilidade do aspecto formal-informal para diferenciar a aquisição e aprendizagem de L2, com isso pode-se dizer que, no processo de aquisição da segunda língua, geralmente o sujeito está inserido na comunidade da língua - alvo ou tem a oportunidade de interagir com os nativos com frequência, ou seja, aquisição ocorre em um ambiente natural e informal.

Em outra situação, o termo aprendizagem de L2 é voltado para uma situação de ambiente formal (sala de aula), com ensinamentos das regras e correção de erros utilizando à gramática. Conclui-se então que aquisição está relacionada às interações sociais, já aprendizagem consiste no conhecimento das regras gramaticais. (ALMEIDA FILHO, 2008).

Levando esses aspectos para o contexto dos aprendizes estrangeiros nas universidades brasileiras, considera-se que os processos de aquisição e aprendizagem ocorrem simultaneamente em determinados casos, visto que em algumas universidades do Brasil, os alunos provenientes de outros países têm acesso a projetos de inserção linguística e cultural, ou seja, esses estudantes aprendem a L2/LE através de cursos realizados em sala de aula e também pela interação comunicativa social, conseguindo assim ampliar o seu léxico consideravelmente.

Já existem outros casos que os acadêmicos não têm acesso aos projetos ou cursos de PE, por isso ocorre o processo de aquisição linguística feita no ambiente informal, por meio da dialogicidade com a história e cultura brasileira.

Quando abrimos a discussão sobre o Português como Língua Estrangeira- PLE, depara-se com alguns questionamentos concernentes aos múltiplos sentidos gerados pela nomenclatura da área de estudo sobre L1, L2, LE. Acerca desses conceitos, Almeida Filho (2005) traz explicações pertinentes ao presente projeto.

[...] L1 serve para a comunicação ampla desde a casa, passando pela rua até a escola e os meios culturais. É a língua que se constitui a identidade pessoal, regional, étnica e cultural de uma pessoa. Toda L1 se manifesta por meio de um dialeto (uma variante regional, muitas vezes, combinada com traços étnicos e de classe social).

[...] língua Estrangeira (L.E) é uma outra língua e cultura a ela associada pela qual se desenvolve um interesse particular institucionalizado (escolar) em conhecê-la ou em aprender a usá-la.

[...] L2 é uma língua não-materna que se sobrepõe a outra (s) que não circula (m) socialmente em setores ou instituições ou que circula com restrições (nos contextos em que a L2 é requerida). (ALMEIDA FILHO, 2005 p.7-10)

Com base no exposto, é possível refletir a respeito das diferenças existentes entre LE, L1 e L2. Logo, infere-se que ensinar e aprender PLE não é o mesmo que ensinar e aprender L1 e L2. Cada modalidade em questão tem suas particularidades, o que, no que lhe concerne, altera o propósito da aprendizagem, isto é, requer métodos diferenciados.

Outro fato a ser observado é que, segundo Almeida Filho (2005), a formação do professor de L1 não possui o mesmo propósito e foco de interesse do que aqueles de LE. Assim, os diferentes objetivos para o ensino dessas modalidades e procedimentos didático-pedagógicos diferenciados, isto porque o público alvo e suas necessidades não são os mesmos. Por esta razão, alega-se aqui que, o professor de PLE deve atualizar seus conhecimentos teórico-metodológicos para a sua atuação no campo do ensino de PLE.

2.3 O PLE NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Antes de entrar no assunto sobre o PLE no contexto educacional, expõe-se aqui alguns termos técnicos utilizados neste ramo, como por exemplo: Português Língua Estrangeira (PLE), Português Segunda Língua (L2), Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), Português como Língua Adicional (PLA), Português para Estrangeiros (PE), essas são as nomenclaturas que se destacam nos trabalhos científicos referentes ao ensino de português na modalidade estrangeira e são as mais evidenciadas em pesquisas ligadas ao campo da Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL).

Embora exista uma semelhança entre o ensino de português como língua materna e português como língua estrangeira, é indispensável que o profissional optante por ministrar aulas de língua portuguesa para alunos estrangeiros, tenha formação acadêmica na área da linguagem tradicionalmente chamada de Letras,

além de especialização quando na grade curricular do curso de graduação não houver disciplinas específicas de PLE/PLA.

Segundo (ALMEIDA FILHO, 2005), a área do EPLE cresceu a partir da década de 1980, com o incentivo da pós-graduação no campo universitário, aumento de ingressos de pessoas estrangeiras juntamente com o crescimento industrial brasileiro, assim sendo, o ensino de PLE revela que essa área científica é nova por isso necessita da atenção dos governantes com intuito de promover espaços adequados de ensino e aprendizagem para aqueles que deixaram seus países e vieram almejar novos horizontes no Brasil.

A respeito da atual conjuntura do PLE no contexto universitário brasileiro, percebe-se que ainda precisa de incentivo de políticas públicas para a criação de cursos de formação professores em PLE/PLA, pois para (BATISTA; ALARCÓN, 2012, p.06) “A dificuldade está nos currículos dos cursos de Letras que não contemplam disciplinas de ensino de PLE”. As instituições de nível superior no Brasil têm dado pouca importância para o ensino do PLA, visto que poucas universidades já adequaram a grade curricular de ensino dos cursos de licenciatura em Letras com disciplinas voltadas para ensino de português para não falantes, assim comprometendo a formação do futuro professor.

A criação de cursos de graduação em PLE implica o fortalecimento de uma política de ensino que esteja ligada ao crescimento econômico do país. O país que se fortalece, economicamente, não pode negligenciar a sua língua, que é identidade de um povo, uma nação. (BATISTA; LÁSCAR ALARCÓN, 2012, p.6).

Quando pensamos no ensino de línguas, no caso dessa pesquisa, ensino do Português, cogitamos logicamente a gramática tradicional, mas quando ampliamos nosso olhar para essa área, percebemos que ensinar uma língua vai muito além de ensinar gramática, pois a língua apresenta a pluralidade de mundos e tudo que engloba a identidade e diversidade de um povo. Sendo assim, o ensino de línguas caracteriza-se pelo dualismo de sistemas linguísticos, implicando, não só a língua a ser estudada, como também a língua materna do aluno. Isso, no que lhe concerne, pode desempenhar um papel maior ou menor na aprendizagem da segunda língua (ALMEIDA FILHO, 2008).

Portanto, no levantamento feito sobre o Português Língua Estrangeira no Brasil detectou-se no trabalho de Mestrado de (CHAGAS, 2016) que as Instituições de Ensino Superior estão com práticas de Internacionalização Universitária desde o

ano de 1998, quando ocorreu na França a Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES) proporcionada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), porém o Brasil tem essa prática de internacionalização desde o período de transição de Colônia para Nação.

Ao direcionar o olhar para o Brasil, percebo que as práticas de internacionalização do Ensino Superior, embora recentes, sempre estiveram presentes no espaço educacional brasileiro desde a transposição do território nacional de colônia para Nação. Na atualidade, programas de fomento a essa iniciativa, como Brasil France Ingénieur Technologie (BRAFITEC), Brasil França Agricultura (BRAFAGRI), Ciência sem Fronteiras (CSF), Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), Mobilidade Acadêmica Regional (MARCA), Programa Licenciaturas Internacionais (PLI), dentre outros, demarcam, mais uma vez, a atividade do país na busca de sua internacionalização acadêmica, tanto no enviar quanto no receber estudantes. (CHAGAS, 2016, p.36).

Embora o Brasil tenha muitas parcerias educacionais com outros países, promovendo intercâmbios dos estudantes universitários, é necessário que as universidades brasileiras recebam investimentos governamentais para definir as políticas internas, assegurando a estadia do aprendiz estrangeiro no Brasil e políticas linguísticas que atendam a necessidade deste público, pois acadêmicos estrangeiros enfrentam problemas quanto à inserção social por não dominarem a língua portuguesa. Em contrapartida, de acordo com (CHAGAS, 2016), o processo de internacionalização da educação superior mostra aspectos positivos, tais como o fortalecimento de redes de pesquisa e a preparação de profissionais para atuarem em mercados culturais diversos e globais.

Considerando que muitos alunos estrangeiros têm baixo rendimento nas disciplinas específicas dos cursos de graduação, muitas instituições de ensino superior promovem aulas de PE, reduzindo os problemas de aprendizagem motivados pelas barreiras linguísticas. Como afirma Chagas (2016), os projetos de ensino de PLE para atender aprendentes estrangeiros são realizados em algumas universidades brasileiras federais e estaduais, dentre as quais destacamos: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Percebe-se

que o número de projetos de inserção social e linguísticos não são suficientes para atender a demanda, devido ao número de centros acadêmicos que aderiram o PEC-G sendo consideravelmente maior ao número de projetos de acolhida dos aprendizes de PE.

Além do Brasil, que se localiza no continente Americano, outros continentes como a África, Europa e Ásia falam o idioma de origem lusitana inserido pelos colonizadores. Nos últimos 30 anos, a população lusófona tem presenciado diversos fenômenos de natureza local e global na expansão da Língua Portuguesa. No trabalho de Oliveira (2013), o autor também compartilha do pensamento a respeito do crescimento global da língua portuguesa.

A língua ocupa oficialmente 10, 7 milhões de km², está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – se tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: crescimento baixo na Europa e na Ásia, médio na América do Sul e grande na África Meridional, hoje já está o maior polo de crescimento vegetativo do idioma e que chegará a 2060, pelas previsões atuais, a 90 milhões de falantes de português, entre Angola e Moçambique. (OLIVEIRA, 2013, p. 411)

O caminho da lusofonia não é exclusivo para os falantes naturais de Português, qualquer sujeito pertencente a outra localidade e idioma pode pretender dialogar com o mundo em português. O desejo do uso do português pode ser, por indeterminados motivos, seja devido ao trabalho, viagem turística, mudança de país, contexto universitário e assim por diante. Em consequência disso, surge a obtenção da competência comunicativa, defendida por Bakhtin.

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados* (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. (BAKHTIN, 2003, p.261).

Isso posto, logo, infere-se que saber se comunicar na língua vigente da sociedade onde o sujeito está inserido não é uma questão apenas de escolha. Isto porque os múltiplos campos da atividade humana, seja em casa, nos estudos acadêmicos, no trabalho ou em qualquer outra atividade social saber se comunicar adequadamente de acordo com a cultura do idioma local é urgente e necessário para que se efetive as relações e/ou interações interpessoais. Portanto, o sujeito

estrangeiro deve se adequar ao domínio da oralidade ou da escrita do país de acolhimento.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR

Considera-se que as relações políticas, sociais, econômicas e culturais estão atreladas a políticas públicas, as discussões realizadas tiveram e têm por finalidade o desenvolvimento social por meio da concretização dos direitos fundamentais, consoante a Constituição Federal de 1988. Entretanto, mesmo com todos os direitos conseguidos, a sociedade ainda se encontra permeada de “problemas” geradores de desigualdade social.

Assim, as políticas públicas de educação são programas ou iniciativas criadas pelos governos para implantar medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos. Por isso, conforme Bizon (2013) o PEC- G e as Universidades acolhedoras são políticas públicas importantes, pelo fato de que contribuem para o processo de internacionalização do ensino superior. Destarte, o momento atual de mundo globalizado tem-se a necessidade de uma comunicação intercultural. Assim, somente disponibilizar vagas nas IES não supre essa necessidade dos estudantes estrangeiros, de fato é necessário criar espaços na academia para momentos de aprendizagem do Português, como também criar eventos de partilhas culturais como, por exemplo, eventos que enaltece a cultura africana.

3.1 PROGRAMA DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS – CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G)

Na década de 1960, foi percebido o grande número de estrangeiros residentes no Brasil e, com isso, era necessário a criação de um projeto que amparasse esses sujeitos com relação aos estudos universitários. Naquele momento era preciso unificar as condições do intercâmbio de estudantes, por causa disso, em 1965, foi criado o primeiro Protocolo PEC-G. No presente momento, o Programa é regido pelo decreto Presidencial n. 7.948, publicado em 2013.

rt. 1º O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta

de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras.

Parágrafo único. O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso.

Art. 2º O PEC-G será implementado conjuntamente pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, nos termos deste Decreto.

§ 1º Compete ao Ministério das Relações Exteriores coordenar os procedimentos relativos à implementação do PEC-G junto a governos estrangeiros por intermédio das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras.

§ 2º Compete ao Ministério da Educação coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta das vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa.

§ 3º Os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação não interferirão em questões de natureza acadêmica, de atribuição exclusiva das IES integrantes do programa. (BRASIL, 2013)

No domínio universitário, ocorrem vários processos de intercâmbios de mobilidade internacional estudantil, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) tornou-se um dos intercâmbios mais procurado na atualidade, sendo administrado pelo Ministério das Relações Exteriores. Conforme Bizon (2013), o PEC-G é instrumento importante da política pública brasileira, pois contribui para as questões de internacionalização das universidades, consoante a isso, Dionizio (2017), observa o Pec-G como um programa de cooperação educacional regulamentador da entrada de estudantes estrangeiros dos países em desenvolvimento. Dessa maneira, o convênio atende estudantes com distintas configurações socioeconômicas e histórico-culturais de países em desenvolvimento, portanto, considerado um dos intercâmbios que mais tem crescido na atualidade.

Quanto aos critérios de aceitação estabelecidos conforme (BRASIL, 2013), é obrigação de o aluno estrangeiro aprender o português brasileiro, custear suas despesas, ter certificado de conclusão do ensino médio e dispor do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), exame de proficiência obrigatório para entrada dos acadêmicos estrangeiros na universidade. Segundo a Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) de 2017, a Angola, na África é o país com o maior número de alunos estrangeiros no Brasil, porém a maioria dos estudantes estrangeiros matriculados em universidade brasileiras são da América.

O PEC-G, enquanto programa de intercâmbio acadêmico, é fruto das parcerias das políticas internacionais implicando a cooperação brasileira para a educação superior, o que pressupõe uma oportunidade para estudantes de outras nações, que já concluíram ensino médio e tenham idade de 18 a 23 anos. Portanto, de acordo Brasil (2013), o programa mencionado é realizado em universidades públicas e particulares, conduzido sob intervenção do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério de Educação e Cultura. Contudo, Dionizio, (2017) assevera que programa PEC- G não possui diretrizes que norteiam o ensino de PLE, porém devido ao fato da sua relevância e reivindicação das IES acolhedoras, foi solicitado que os alunos estrangeiros fizessem cursos de ensino da língua portuguesa e cultura brasileira. Para tanto observamos o DECRETO nº 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013:

Art. 5º O calendário e processo seletivo do PEC-G serão anualmente regulamentados por edital expedido pelo Ministério da Educação, com a anuência do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 6º Poderão se inscrever no PEC-G os estudantes estrangeiros:

I - residentes no exterior e que não sejam portadores de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil;

II - maiores de 18 e preferencialmente até 23 anos;

III - que firmarem Termo de Responsabilidade Financeira, em que assegurem ter meios para custear as despesas com transportes e para subsistência no Brasil durante o curso de graduação;

IV - que firmarem Termo de Compromisso, em que se comprometam a cumprir as regras do PEC-G; e

V - que apresentarem certificado de conclusão do ensino médio e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras.

§ 1º Excepcionalmente, o candidato que não tiver concluído o ensino médio na data da inscrição poderá apresentar o certificado de conclusão do ensino médio no ato da matrícula na IES.

§ 2º O candidato originário de país em que não haja aplicação do Celpe-Bras poderá realizá-lo no Brasil, uma única vez, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame Celpe-Bras, em IES credenciadas.

§ 3º O candidato reprovado no Celpe-Bras aplicado no Brasil, na forma do § 2º, não poderá ingressar no PEC-G, vedada a prorrogação de seu registro e do prazo de estada no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e no Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. (BRASIL, 2013)

Observando o recorte, constata-se que o processo seletivo do convênio Pec-G ocorre anualmente, os estrangeiros precisam estar com todas as documentações em conformidade com o edital expedido pelo Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores. Mas, um fato interessante e desencadeador da aprovação ou não dos candidatos estrangeiros é a

obrigatoriedade do exame de proficiência Celpe – Bras, o candidato reprovado no exame no Brasil, é impossibilitado de participar do programa Pec- G.

Nos trabalhos de Dionísio (2017); Diniz (2012) traz o supracitado programa como facilitador para promoção do português, porém, mesmo com todo mérito, o programa ainda carece de planejamento para o EPLE, visto que, mesmo tendo um exame de proficiência, fica evidente no Decreto de 2013 a ausência de políticas linguísticas voltadas para o ensino-aprendizagem do português, o foco principal do documento é a lista de obrigações destinadas aos alunos estrangeiros.

3.2 A POLÍTICA LINGUÍSTICA DO PEC-G: O PAPEL DO PLE

As políticas linguísticas ou política da língua doravante PL surgiu na década de 60. Conforme Macedo (2016), a PL consiste em deliberações políticas sobre as línguas e seu exercício numa sociedade através de decisões e ações formuladas pelas autoridades governamentais. A autora, traz no mesmo texto, uma definição do termo em:

Cabe ressaltar que o termo *política linguística* (PL) surgiu na década de 60 no campo da sociolinguística para designar uma relação entre língua e poder, ou melhor, as decisões políticas sobre as línguas e seu uso numa sociedade a partir de decisões e ações realizadas pelas autoridades governamentais. (MACEDO, 2016, p.23)

Posto isso, Bizon (2013), compreende-se o Convênio PEC-G como, importante ferramenta de política pública que vem se consolidando no Brasil por meio do processo de internacionalização das universidades, além disso, tem o papel importante, trazer aprendizes estrangeiros de países em desenvolvimento. Assim, é pertinente enfatizar que o exame Celpe-bras foi adotado como mecanismo de política linguística pelo Pec-G. Conforme diz a autora:

É preciso ressaltar também que uma política de internacionalização pressupõe uma política linguística, que precisa ser definida considerando-se, não somente, mas inclusive, o que cada convênio ou intercâmbio estabelece. É claro que alguns programas já chegam com seu protocolo definido, como é o caso do convênio PEC-G, que fixa a obrigatoriedade do exame de proficiência Celpe-Bras como instrumento regulador da entrada dos estudantes na universidade. (BIZON, 2013, p. 31)

O exame Celpe-Bras cumpre uma função extraordinária na certificação proficiência do PLE, visto que o programa Pec-G o utiliza como principal fator para aceitação do estudante estrangeiro na universidade, ademais, segundo Dionizio (2017), outros projetos e programas formalizaram o exame como exigência para a

investidura de estudos e Trabalho no Brasil como, por exemplo, o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (REVALIDA) de 2003.

O Pec- G para os autores (BIZON, 2013; DIONIZIO, 2017; DINIS, 2012) refere-se a mecanismo de políticas públicas que possibilita ao Brasil atrair estudantes estrangeiros vindos de países que possui acordos internacionais, colaborando para o processo globalização acadêmica e econômica.

Contudo, compreende-se que o presente programa ajuda na disseminação do português pelo mundo, colaborando para tornar o português uma língua internacional, pelo fato da sua importância e quantidade de falantes. O referido convênio contribui para a valorização da cultura e costumes brasileiros, pois a academia é um espaço ímpar para a socialização entre os estrangeiros e nativos. Mas, mesmo com todos os avanços e benefícios em torno do programa, ainda é preciso criar políticas linguísticas acerca do ensino de EPLE.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta parte do projeto descreve-se o processo metodológico a ser utilizado. No estudo, delinea-se o tipo de pesquisa, o lugar de sua realização, os participantes, os materiais para geração dos dados e os procedimentos analíticos.

Do modelo de pesquisa à abordagem do estudo

De acordo com a condição do objeto de estudo deste projeto de pesquisa, para a execução, utilizaremos o tipo de pesquisa qualitativa-interpretativa com objetivos exploratórios. A finalidade pretendida é elaborar uma base de compreensão a partir dos dados gerados com os participantes para a execução da pesquisa.

A escolha do modelo de pesquisa qualitativa é devido ao fato dela se preocupar com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, além de compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Para defender esse posicionamento trazemos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Em relação aos objetivos exploratórios do presente trabalho, agimos sob a premissa de que a grande maioria das universidades brasileiras ainda possuem lacunas referentes ao acolhimento de aprendizes estrangeiros, pois o ensino de PLE no contexto universitário é recente e precisa de projetos para contemplar os estudantes que desejam fazer uma graduação no Brasil. Partindo desse ponto, justifica-se o direcionamento da natureza da pesquisa.

[...]a pesquisa exploratória não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, se restringe à definição de objetivos no levantamento de informações sobre temas que ainda não foram totalmente estudados [...] é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado" (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.61).

Assim, o modelo de pesquisa exploratória irá contribuir para os estudos do Ensino de Português para Estrangeiros, pois mesmo sendo uma área nova nos estudos científicos, esse assunto está presente nas discussões e fóruns das academias brasileiras.

Do lugar social de realização da pesquisa e dos participantes do estudo

Este projeto de pesquisa será realizado no contexto acadêmico das universidades públicas e particular do Brasil, no âmbito do Programa PEC-G. Os participantes do estudo são estudantes estrangeiros oriundos da Namíbia (África) e do Haiti (América central), sendo dois estudantes estrangeiros regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins - Campus Palmas, um estudante da UNASP – Centro Universitário Adventista de São Paulo do Engenheiro Coelho, um estudante da Universidade Federal de Pernambuco e um estudante da Universidade de Juiz de Fora – MG. Eles vieram ao Brasil por intermédio do PEC-G, no ano de 2017 para cursar o ensino superior brasileiro.

Dos materiais aos procedimentos de análise dos dados

Devido à natureza do estudo, o mecanismo para levantamento de dados será a entrevista semiestruturada direcionada aos participantes da pesquisa. Consideramos a entrevista de acordo com (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.72) “técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema”.

A entrevista possibilita a dialogicidade social, de forma que umas das partes (pesquisador) pretende alcançar dados, e a outra parte (colaborador) será a fonte da informação. No projeto, a entrevista terá cunho exploratório semiestruturado, ou seja, será feito um roteiro com questionamentos direcionados aos participantes da pesquisa sobre como os estudantes estrangeiros aprendem o português brasileiro no contexto universitário. Esse modelo dá liberdade de surgir outros questionamentos pertinentes a pesquisa e pode incentivar o entrevistado a falar mais sobre o tema. Assim sendo, segundo os mesmo autores, a entrevista é.

É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

Após aplicar a entrevista, o primeiro passo para os procedimentos analíticos da pesquisa será analisar as falas dos estudantes, identificando quais os desafios de suas aprendizagens do PLE no contexto do PEC-G. No segundo passo será feito a comparação entre as entrevistas dos estudantes para identificarmos quais as dificuldades mais acentuadas enfrentadas por eles no processo de aquisição da língua portuguesa. O terceiro passo está voltado para análise dos métodos utilizados pelos estudantes estrangeiros na aprendizagem do português para estrangeiro.

Finalizando os procedimentos das entrevistas, será elaborado uma base de compreensão sobre como os sujeitos entrevistados aprendem o português brasileiro, evidenciando os métodos e suas habilidades para o desenvolvimento do supracitado idioma. O Quadro 1, a seguir, sintetiza o propósito do uso dos instrumentos de geração de dados.

Quadro 1 Finalidades das entrevistas.

Entrevistas semiestruturas	Finalidade das questões utilizadas na entrevista com os estudantes estrangeiros no contexto do PEC-G
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as práticas didáticas e pedagógicas para o ensino de PLE, • Compreender os desafios do processo da aprendizagem de PLE no contexto a ser pesquisado. • Ter acesso às experiências efetivamente vivenciadas pelos acadêmicos estrangeiros no domínio da aprendizagem/aquisição PLE no âmbito do PEC-G • Conhecer os desafios dos alunos no processo de

	aprendizagem de PLE.
--	----------------------

Elaboração própria, 2020

Os alunos estrangeiros participantes da pesquisa são oriundos da Namíbia e do Haiti os quais vieram ao Brasil através do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G. O Quadro 4 disposto na seção dedicada à análise dos dados descreve suas identidades.

Procedimentos da Pesquisa

Optou-se nesta pesquisa investigar como o acontece a aprendizagem do PLE no contexto universitário. Dessa forma, foi aplicado questionário para 5 estudantes estrangeiros que estudam em universidades brasileiras.

Para seleção dos participantes da pesquisa foi de modo aleatório, a partir de um estudante estrangeiro, consegui o contato dos outros participantes que não estudam no estado do Tocantins. Os questionários foram aplicados no campo virtual de interação humana, pelo aplicativo Whatsapp, pois atualmente estamos passando por uma pandemia provocada pela Covid – 19 esse vírus é altamente contagioso, provocando o isolamento social. Os questionários foram respondidos por estudantes dos cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Medicina e Tradução e Intérprete. O critério para o número integrantes da pesquisa se deu pelo fato do estudo ser qualitativo não visar quantidade.

Para análise das entrevistas, seguimos o modelo de análise textual proposto por Bronckart (2009) o qual tem como base a teoria bakhtiniana no que concerne ao estudo da dimensão enunciativa. Tendo em vista que as entrevistas realizadas com os participantes, priorizamos no trabalho analítico dos dados as sequências enunciativas – os excertos das falas de cada participante - doravante denominadas SE1, SE2, SE3 e assim por diante. O Quadro 1, a seguir, descreve o tema dos diálogos estabelecidos com os estudantes estrangeiros colaboradores deste estudo.

Quadro 2 Temas das entrevistas.

Quadros	Tema discutido	Objetivo
1	Representações sobre métodos de	Compreender os modos de aprendizagem dos

	aprendizagem do PLE	participantes.
2	Interação social para a aprendizagem de PLE.	Entender as relações sociais de aprendizagem dos participantes.
3	Aprendizagem das imersões do PLE.	Analisar qual a maior dificuldade dos alunos na aprendizagem do PLE.
4	Limitações e dificuldades na aprendizagem do PLE.	Verificar os desafios da aprendizagem do PLE
5	Métodos considerados úteis à aprendizagem do PLE.	Analisar os métodos para aprender o PLE.

Elaboração própria, 2020

CRONOGRAMA DO TCC

O cronograma de execução da presente pesquisa seguirá as etapas dispostas a seguir:

Quadro 3 Etapas das atividades realizadas na pesquisa.

Etapas	Mês - 2019					Mês - 2020				
	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Levantamento do tema	X	X								
Levantamento bibliográfico		X	X	X						
Apresentação do projeto					X					
Coleta de dados						X	X			
Análise dos dados							X	X	X	
Organização do roteiro/partes								X	X	
Redação do trabalho								X	X	

Revisão e redação final								X	X	
Entrega da monografia									X	
Defesa da monografia									X	

5 ANALISANDO OS DADOS: VOZES DOS PARTICIPANTES

Neste capítulo serão analisados os dados coletados com base nas teorias discutidas ao longo desta pesquisa. Desse modo a sessão abordará sobre as concepções de métodos para a aprendizagem do PLE, para isso, buscamos analisar através das falas dos participantes que estão organizadas em quadros de sentenças enunciativas. Portanto, visamos compreender as Concepções sobre métodos para a aprendizagem do PLE - o que dizem os alunos intercambistas? Concepções sobre os desafios da aprendizagem da Língua Portuguesa - o que dizem os alunos? Percepções sobre o EPLE – o que dizem os estudantes estrangeiros? Para as análises consideram-se as respostas mais relevantes que evidenciam as percepções dos alunos

5.1 CONCEPÇÕES SOBRE MÉTODOS PARA A APRENDIZAGEM DO PLE

Como ponto de partida para análise dos dados, o Quadro 4 explicita a nacionalidade, universidade, cursos e o perfil plurilíngue dos estudantes de PLE no Brasil.

Quadro 4 Representação dos participantes da pesquisa.

Estudantes	Nacionalidade	Idiomas	Universidade
Aluno 1	Haiti	Inglês, Francês, Espanhol e Crioulo	UNASP – Centro Universitário Adventista de São Paulo do Engenheiro Coelho Curso: Tradução e Intérprete

Aluno 2	Namíbia	Oshiwambo, africâner e Inglês.	UFT – Universidade Federal do Tocantins Curso: Medicina
Aluno 3	Namíbia	Africâner e Inglês	UFT – Universidade Federal do Tocantins Curso: Engenharia Civil
Aluno 4	Namíbia	Inglês, Afrikaans e Oshiwambo	Universidade Federal de Pernambuco Curso: Engenharia Mecânica
Aluno 5	Namíbia	Afrikaans, Inglês e Português	Universidade de Juiz de Fora – MG Curso: Engenharia Civil

Elaboração própria, 2020

Conforme quadro 4 de representação dos estudantes estrangeiros, percebe-se que os participantes do presente estudo são sujeitos plurilíngues. Esse fato mostra que eles detêm conhecimentos diferenciados de línguas, embora, ambos encontram – se no Brasil em situação de aprendizagem de outro idioma, o Português, para suas necessidades diárias.

Os relatos dados pelos estudantes estrangeiros acerca dos métodos para aprender o português brasileiro nos fizeram refletir a partir das comparações das respostas dadas, que os estudantes intercambistas chegam à universidade sem ter aprendido o português. Com os discursos expostos pelos aprendizes estrangeiros foi possível ter uma visão panorâmica acerca da temática. Os quadros 5, 6, 7, 8 e 9 nos revela a experiência vivenciada pelos Estudantes do PEC-G nas universidades brasileiras, doravante denominados E1, E2, E3, E4 e E5.

Diante do exposto, o quadro 5 revela o enfrentamento dos intercambistas no processo de aprendizagem do PLE. Conforme análise, buscamos refletir sobre o EPLE a partir das falas do estudante, diante disso apresentamos nos quadros a seguir o que dizem os alunos.

Quadro 5 Representações sobre métodos de aprendizagem do PLE.

E1	SE1: Não sei como explicar, mas foi muito ruim... por que a gente fala inglês além outras línguas nativas e cheguei sem saber nada de Português... SE2: O professor nem falava inglês e só começou
-----------	---

	<p>ensinando Português.</p> <p>SE3: Assistindo filmes com legendas em português e escutando músicas com letras</p>
E2	<p>SE1: Então a gente fez um curso de 5 ou 6 meses na faculdade, mas além disso, eu assistia filmes e escutava música.</p> <p>SE2: Conversava com o pessoal da rua, e com as minha convivência toda.</p> <p>SE3: troquei a língua do celular, eu não ficava muito tempo com meus amigos porque falava inglês.</p>
E3	<p>SE1: Tive a oportunidade de aprender a língua portuguesa na Universidade Federal de Niterói.</p> <p>SE2: Eu tive aulas de gramática, escrita e oral.</p>
E4	<p>SE1: Eu escutei rádio, lia revistas e também conversava muito com as pessoas.</p>
E5	<p>SE1: Para aprender as regras da língua precisa fazer um curso de português, com um professor que vai ensinar tudo isso.</p> <p>SE2: Tentei aprender cada dia, procurava de 5 a 10 palavras para memorizar, saber o significado.</p> <p>SE3: Assistir filmes em português e inglês com legenda para aumentar o vocabulário.</p> <p>SE4: Ler livros isso ajudou bem porque aprendi palavras novas.</p>

Elaboração própria, 2020

Por meio da interpretação do quadro 5, compreendemos que os estudantes estrangeiros, necessitam aprender o idioma brasileiro, pois são graduandos matriculados nas IES brasileiro através do PEC-G, dessa maneira, um dos critérios do referido programa é a obrigatoriedade de aprender o idioma do país receptor (BRASIL,2013).

No quadro 5 nas sentenças SE1 “Não sei como explicar, mas foi muito ruim... por que a gente fala inglês além outras línguas nativas e cheguei sem saber nada de Português”, SE2 “O professor nem falava inglês e só começou ensinando

Português” e SE3 “Assistindo filmes com legendas em português e escutando músicas com letras”, entende – se que o primeiro contato que o estudante teve com o idioma dos brasileiros não foi fácil, visto que, no Brasil muitas pessoas têm o português como língua majoritária, até mesmo em alguns casos os professores de curso superior não sabem falar inglês.

Por tanto, nessa situação a aprendizagem foi prejudicada, visto não existir um entendimento no diálogo entre professor e aluno, pois o professor ministrava a aula somente em português, mas o estudante estrangeiro não conseguia aprender adequadamente o conteúdo da aula, pelo fato de não saber falar o idioma local, dessa forma havia uma limitação.

A partir da S1 do E1 “Não sei como explicar, mas foi muito ruim... por que a gente fala inglês além outras línguas nativas e cheguei sem saber nada de Português”. Observamos que mesmo o Pec-G exigindo o exame de proficiência do idioma brasileiro, os estrangeiros chegam nas universidades brasileiras sem aprender o PLE, ademais evidencia a dificuldade em encontrar um método eficaz para aprender o PB, por isso na SE3 do E1 adotou seus próprios métodos que incluem “Assistindo filmes com legendas em português e escutando músicas com letras”.

Já o SE1 de E4 “Eu escutei rádio, lia revistas e também conversava muito com as pessoas”, portanto, as interações contribuíram para a aquisição da língua local, esses métodos estão em consonância com a teoria de Almeida (2008), considerando que a aquisição informal da língua ocorre pelo processo de interações sociais.

Para Almeida Filho (2008), A aprendizagem ocorre por meio do estudo da gramática de uma determinada língua, partindo desse pressuposto, comparando as respostas da SE1 do E2: “Então a gente fez um curso de 5 ou 6 meses na faculdade...”, na SE2 do E3 “Eu tive aulas de gramática, escrita e oral” e na SE1 do E5 “Para aprender as regras da língua precisa fazer um curso de português, com um professor que vai ensinar tudo isso”, infere-se que os estudantes aprenderam o português língua estrangeira em cursos, ou seja, os estudantes compreenderam que para aprender a língua estrangeira é necessário estudar sobre as regras que rege a LE e seu funcionamento.

Fazendo a leitura dos relatos, nota-se um fato interessante sobre grande maioria dos entrevistados, eles se tornaram autônomos na aprendizagem da LE,

visto que, os alunos aprenderam simultaneamente a LE por meio dos cursos e principalmente pelas interações com a música, pessoas, leituras e vídeos.

O quadro 6, a seguir, aborda a utilização da interação social para a aprendizagem do português como língua estrangeira.

Quadro 6 Interação social para a aprendizagem de PLE.

E1	SE1: Sim, porque Eu aprendo mais com eles. Especialmente com gírias e outras coisas que eu não aprendi em sala de aula
E2	SE1: Sim, porque quando eu mais me relacionava com brasileiros dava mais chance para praticar meu português.... SE2: Assim é muito difícil aprender o português então o cara tem que correr atrás e praticar muito cada chance que tiver.
E3	SE1: A minha relação com colegas, amigos e até desconhecidos me ajudou e ainda ajuda no desenvolvimento na minha fala da língua. SE2: Tenho prazer quando as pessoas corrigem os erros que eu cometo enquanto falo. SE3: Às vezes aprendo o significado de uma palavra. SE4: A língua portuguesa é muito bonita e difícil.
E4	SE1: Sim, me ajudou bastante mesmo. SE2: Isto me ajudou com a pronúncia das palavras, o meu ouvido adaptou a fala das pessoas.
E5	SE1: Na verdade na faculdade os amigos ajudam muito. SE2: Quando eu saio em Palmas eu aprendo muitas coisas em Português.

Elaboração própria, 2020

Conforme, a apresentação do quadro 6, acerca da aquisição da língua por meio da interação social, é notório que os estudantes estrangeiros estão aprendendo o Português de forma autônoma, uma vez que, o contexto acadêmico brasileiro ainda não está preparado adequadamente para receber estudantes intercambistas, devido a esse fator percebemos a ocorrência da autoaprendizagem dos participantes por meio das interações sociais.

Dessa maneira, nos dizeres do E3 na SE1 “A minha relação com colegas, amigos e até desconhecidos me ajudou e ainda ajuda no desenvolvimento na minha fala da língua”. Afirmamos que E3 se valeu do ciclo de amizades, e até mesmo de pessoas desconhecidas nas ruas, como alternativa para métodos de aprendizagem e aprimoramento do Português.

Na SE1 de E1 explicita que a apropriação do idioma português no contexto acadêmico brasileiro ocorreu a partir de conversas informais com os nativos, isto é, a partir das conversas o estrangeiro foi aprendendo a linguagem popular que não é ensinada na sala de aula.

A área da linguística aplicada é basilar para o ensino de línguas, em concordância, a teoria Almeidiana traz abordagem sobre o ensino de EPLE e as lacunas existentes, logo, propõe que os aprendentes estrangeiros precisam de urgência de interações comunicativas, com isso, os aprendizes estrangeiros começaram a apropriar da língua alvo por meio das interações sociais, buscando métodos centrados em uma rotina de leituras, o que demonstra a sua capacidade de autoaprendizagem.

Isso fica evidenciado na SE1 “Quando eu saio em Palmas eu aprendo muitas coisas em Português”. SE2: “Na verdade na faculdade os amigos ajudam muito”. Explicitando, dessa maneira, suas interações com o uso da linguagem, colocando em prática seu repertório lexical. Dessa forma, os relatos de E1 aparecem nos discursos dos E2,E3,E4 e E5, ou seja, todos os participantes da pesquisa afirmaram que a relação com as pessoas contribuiu para a aquisição português, principalmente, com a prática da fala contribuindo para pronúncia correta das palavras.

Quadro 7 Aprendizagem das imersões do PLE.

E1	SE1: Escrever, porque eu consigo pensar em que palavra posso usar seguinte. SE2: Tenho tempo de pensar e escrever, mas quando tô falando com alguém tenho que pensar, falar rápido e geralmente acabo falando e pronunciando as palavras errado.
E2	SE1: Falar é mais difícil.
E3	SE1: Há coisas que podem ser ditas na fala, porém a escrita não permite. SE2: Eu tento falar mais correto possível e não uso linguagem dos jovens.
E4	SE1: Eu acho mais fácil aprender a escrever do que falar.
E5	SE1: Falar é mais difícil.

Elaboração própria, 2020

Na investigação feita sobre os relatos dos participantes (quadro 7) sobre as dificuldades mais frequentes na hora de aprender uma língua adicional, ou seja, a dificuldade acerca do domínio da oralidade e escrita. De acordo, explicita as SE, há limitações que dificultam a apropriação do PLE.

Os comentários de S1 dos E1, E2, E4 e E5, alegam que escrever em português é mais fácil que falar, conforme a sequência “Escrever, porque eu consigo pensar em que palavra posso usar seguinte”, “Falar é mais difícil”, “Eu acho mais fácil aprender a escrever do que falar” e “Falar é mais difícil”. Por outro lado, o E3 permaneceu neutro sobre o assunto, considerou, apenas, que existe uma diferença entre as regras da escrita e da fala, que umas palavras não transitam em determinados formatos.

Posto isso, comparando o quadro 5 com o quadro 7, prevalece a importância da aprendizagem da cultura local, os estudantes estrangeiros afirmam que dialogar é muito difícil, pois além de precisar ter um raciocínio rápido para construir o diálogo, é necessário saber pronunciar as palavras corretamente, além disso, tem a questão dos sotaques e gírias que os estrangeiros não conhecem e dificulta entender as palavras proferidas na conversa.

A questão da fala e escrita interfere diretamente no rendimento acadêmico do estudante estrangeiro, visto que, eles precisam dominar tanto a oralidade como a escrita para realizar os trabalhos da faculdade. Por isso, é de suma importância à criação de políticas linguísticas que atendem as necessidades dos alunos não falantes do português, é interessante criar espaços acolhedores que incentivam a aprendizagem do português e a cultura brasileira.

No quadro abaixo, apresenta-se a dificuldade existente na aprendizagem do PLE para os participantes da pesquisa.

Quadro 8 Limitações e dificuldades na aprendizagem do PLE.

E1	SE1: Os acentos que a palavra portuguesa tem. SE2: Conjugação das palavras, falando verbos certos. SE3: Noção das palavras masculinas e femininas.
E2	SE1: Então a minha única dificuldade foi que o pessoal no dia a dia fala português meio informal, assim, tipo conjugação de verbos, falava muitas gírias e a gente tinha que aprender o português formal para fazer a prova. SE2: Então meio que a gente aprendia coisas na escola e na hora de praticar ficava mais difícil falar o português

	bem formal e a outra pessoa falar em gírias isso dá muita dificuldade.
E3	SE1: As dificuldades maiores que eu tive na aprendizagem são as gírias e palavras de duplos sentidos, sofro até hoje.
E4	SE1: Quando encontro pessoas diferentes, tenho dificuldade de entender o sotaque diferente. SE2: Dificuldade em conversar com pessoas que falam rápido.
E5	SE1: Tenho dificuldade em falar, é a maior dificuldade. SE2: Na faculdade eu entendo quase tudo que o professor fala, mas responder fica muito difícil. SE3: Tenho dificuldade com a regra da língua portuguesa.

Elaboração própria, 2020

No quadro em destaque, o E1 afirma em seus relatos, que a dificuldade em aprender o português está relacionada com os acentos ortográficos da língua portuguesa, como podemos ver, quando questionado sobre as dificuldades em aprender o português, o aluno é enfático em sua resposta, conforme exposto na SE1: “Os acentos que a palavra portuguesa tem”. Além disso, o mesmo participante apresenta dificuldade em concordância verbal e concordância nominal, isso fica explícito nas S2: conjugação das palavras, falando verbos certos. S3: “noção das palavras masculinas e femininas”.

Por outro lado, na S1 de E2, as limitações na aprendizagem da língua portuguesa na modalidade brasileira envolvem as interações sociais, conforme segue S1: “Então a minha única dificuldade foi que o pessoal no dia a dia fala português meio informal, assim, tipo conjugação de verbos, falava muitas gírias e a gente tinha que aprender o português formal para fazer a prova”.

Assim, de acordo a S1 do estudante, também apresenta dificuldade na conjugação verbal, pois na sala de aula são ensinadas as regras gramaticais da língua portuguesa, porém na hora de socializar com as pessoas o estrangeiro tem muita dificuldade, pois os brasileiros conversam de maneira informal em suas rotinas diárias, deixando o uso da norma padrão em segundo plano e utilizando os termos gírios, termos bastante vistos no linguajar brasileiro, logo, isso agrava mais ainda a aprendizagem dos alunos estrangeiros.

Para tanto, as lacunas do EPLE ficam evidentes no discurso deste aluno, pois têm duas distintas situações do uso da linguagem, uma está voltada para o dia

a dia do estudante estrangeiro, outra consiste na necessidade de aprender a gramática normativa para fazer uma prova.

Posto isso, para complementar sobre as dificuldades em praticar o português o E2 reforça na S2 que praticar o português formal aprendido na sala de aula é complicado, porque as gírias dificultam o seu entendimento.

As dificuldades do E3 (As dificuldades... na aprendizagem... são as gírias... e palavras de duplos sentidos...) cf. SE1 se aproxima do E1 e E2, outra limitação sobre a aprendizagem apresentada por E3 são as palavras de duplo sentido, isto é, assim como os brasileiros natos, os estudantes estrangeiros devem aprender os múltiplos sentidos dos vocábulos, por consequência é obrigatório analisar o contexto da palavra aplicada.

O Brasil por ser um país miscigenado e possuir grande extensão territorial, apresenta variação em sua língua, por isso é normal ter sotaques regionais, para alguns parece ser “outra língua”. O E4 percebeu os diferentes sotaques presentes nos discursos dos sujeitos a partir do contato com os nativos, ele afirma na S1 que entender o sotaque de pessoas diferentes é difícil, complementando sua fala na S2 ele assevera que falar com pessoas que conversam rápido também é difícil, ou seja, em análise dos relatos dos participantes da pesquisa, considera-se para melhorar aprendizagem/ aquisição do português, a criação de metodologias de ensino que visam às necessidades do estudante em prol da competência comunicativa para construir experiências válidas e motivadoras.

Contudo, o E5 afirma ter dificuldade na fala e nas regras da língua portuguesa conforme revelado na S1, S2 e S3, assim, sua maior limitação, é de natureza comunicativa, já que não consegue responder os questionamentos do professor em sala de aula. Isto é, mesmo compreendendo tudo o que o professor explica em sala de aula o estudante não consegue se expressar na fala.

Com o intuito de ajudar outros intercambistas, no quadro 9 abordaremos os métodos aplicáveis para aprendizagem do PLE.

Quadro 9 Métodos considerados úteis à aprendizagem do PLE.

E1	SE1: Para as pessoas que falam inglês, é melhor se ele tem um professor (a) que entende inglês e pode traduzir e facilitar. SE2: Grupos de comunicações SE3: Mais atividades que incentiva a aprendizagem na sala de aula e fora.
-----------	---

	SE4: Muitos estrangeiros chegam aqui sem ninguém e ficar mais difícil para aprender também.
E2	SE1: bom meus métodos foram bem simples tipo, eu fazia tudo em português, eu escutava música brasileira, assistia filme tudo em português, SE2: Eu tentava no máximo praticar com pelo menos duas pessoas meu português, SE3: Os estrangeiros tem que ficar longe do pessoal dos seus países que falam a mesma língua, porque não vai ter chance para conversar em português. SE4: Se faltar a prática eu procurava ficar no máximo entre duas pessoas.
E3..	SE1: O método que eu mais uso é a leitura, leio mais de 10 livros por ano, isso me ajuda a melhorar o português. SE2: Não assisto novelas, porque os autores usam linguagem chula.
E4	SE1: Frequente uma igreja. SE2: Assista a uma novela brasileira. SE3: Leia revistas
E5	SE1: Tem que aprender novas palavras. SE2: Sair muito porque geralmente as pessoas falam em português. SE3: Assistir filme, mas na maioria das vezes a legenda estava errada, então, não é uma boa ideia. SE4: A música ajuda muito também, sair com pessoas que fala português também ajuda muito.

Elaboração própria, 2020

O quadro 9 coloca em palavras as representações dos alunos estrangeiros sobre os métodos para a aprendizagem da língua portuguesa que podem ajudar outros estrangeiros na aprendizagem da PLA. Os próximos segmentos das falas dos participantes atestam nossas asserções postas aqui.

O E1 argumenta sobre a importância do professor de português, saber falar outro idioma, principalmente, o inglês, que é uma língua universal, pois o professor que entende inglês pode traduzir e interpretar sempre que o alunado estiver em dificuldade, esta afirmação é relatada conforme S1 (“Para as pessoas que falam inglês, é melhor se ele tem um professor (a) que entende inglês e pode traduzir e facilitar”).

Já na S2 do E1 enuncia-se: “mais atividades que incentiva a aprendizagem na sala de aula e fora”, ou seja, é de suma importância que os alunos criem hábitos de estudos para aprendizagem do português, a prática é parte fundamental para o processo de aprendizagem/aquisição do idioma.

Por outro lado, o E2 adotou métodos simples, porém importantes, para aprender o idioma dos brasileiros, na S1 mostra que ouvir música brasileira, assistir filmes são ações que pode contribuir para aprendizagem de um novo idioma.

A leitura também foi considerada um método eficaz para aprender a língua portuguesa. Do mesmo modo que afirma na SE1 de E3: O método que eu mais uso é a leitura, leio mais de 10 livros por ano, isso me ajuda a melhorar o português, aparece em S3 de E4: “Ler revistas”, portanto, considera-se que a leitura é crucial para a aprendizagem, uma vez que ajuda na escrita e na fala.

A aprendizagem do português vai além do domínio da gramática, os acadêmicos estrangeiros foram criando seu próprio método à medida que as interações foram significando para eles. Por conseguinte, compreende-se, também, que o exame Celpe - Bras é muito importante para os projetos educacionais brasileiros, porém é necessário que além dos critérios de aceitação, é valoroso criar políticas públicas que contemplem verdadeiramente o EPLE.

Na verdade, o ensino e aprendizagem são interconectados, logo, a partir dos relatos dos alunos intercambistas, é possível perceber que os professores de LE precisam compreender que as metodologias de ensino de línguas necessitam de métodos inovadores, para além das regras gramaticais, por exemplo, identificar sujeito, verbos e advérbios em frases isoladas, em vez disso é importante trazer para as aulas conteúdos que envolvem dialogicidade com o mundo em sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como ocorre a aprendizagem do PLE no contexto universitário no âmbito do convênio Pec-G. Para tanto, buscamos, de maneira objetiva, investigar através de questionário quais as dificuldades e métodos dos estudantes estrangeiros que contribuem para aprendizagem da língua portuguesa na perspectiva de língua estrangeira.

Desse modo, colocamos o Pec – G como instrumento de políticas públicas e o Celpe – Bras como mecanismo de política linguística que colaboram para o processo de internacionalização das universidades brasileiras. O convênio Pec – G é seguramente um dos maiores intercâmbios no contexto universitário, isso fica evidente pela quantidade de universidades que participam desse programa.

Posto isso, de acordo a análise do estudo dessa pesquisa, os intercambistas precisam de maior apoio para a aprendizagem do PLE, pois muitos chegam ao Brasil sem saber nada da Língua Portuguesa. Logo, os alunos desenvolveram a autoaprendizagem a partir da criação de métodos para melhorar seu entendimento em torno da Língua Portuguesa.

Entretanto, é evidente que muitos alunos estrangeiros, devidamente matriculados nas universidades, participaram de curso de português, visto que, para ingressar no PEC-G e efetuar a matrícula na IES é obrigatório apresentar o exame de proficiência Celpe - Bras, mas apenas apresentar a proficiência do português não é o bastante para considerar que o estudante de fato aprendeu a língua majoritária dos brasileiros, porque conforme os dados coletados, todos os estudantes foram aprovados no exame, porém todos disseram ter muitas dificuldades na fala e na escrita, pode-se considerar, então, que essa é a lacuna que deve ser preenchida no ensino do PLE no contexto universitário.

Advindo dessa adversidade, constatamos que, o processo de internacionalização, está presente no Brasil desde os primórdios para as classes socioeconômicas mais favorecidas, mas o cenário mudou, os países em desenvolvimento tiveram/tem a possibilidade de enviar e receber jovens de diferentes classes sociais que queiram se especializar para promover a ciência, economia e cultura dos países envolvidos.

Quanto às políticas públicas e políticas linguísticas, a teoria trazida neste trabalho, considera que precisa de criação de políticas educacionais que contemplem as necessidades dos estudantes estrangeiros, pois nos documentos oficiais, quer seja do Pec-G, quer seja no exame Celpe-Bras, aborda-se principalmente sobre o dever dos alunos estrangeiros, por conseguinte deixam em segundo plano o questionamento de como ocorre o ensino-aprendizagem do português como língua não materna.

Portanto, observa-se que a proposta de ensino de Português, para estudantes de outros países, no contexto universitário brasileiro, é ainda uma experiência recente. Por essa razão, entendemos que este fato por si só, já seria suficiente, para que instituições de ensino superior implantassem e concretizassem políticas linguísticas mais inclusivas. Tendo em vista a autonomia de universidades no Brasil, caberia a essas entidades formadoras e produtoras de conhecimentos diversos, a construção de espaços de efetiva interação com os estudantes

estrangeiros, vislumbrando o ensino-aprendizagem do idioma oficial brasileiro contemplando o acolhimento e a produção de saberes, a partir das experiências de mundo daqueles sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Filho, José Paes. **O ensino de português como língua não materna: concepções e contexto de ensino.** Disponível em:

<http://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/ENSINO-COMO-LINGUA-NAO-MATERNA.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

_____. **A Linguística Aplicada na Grande Área da Linguagem.** In: SILVA, K. A. DA & ALVAREZ, M. L. O. *Perspectivas de Investigação em Linguística Aplicada.* Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 25 – 32.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M(VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1992.

BATISTA, Marília Carvalho; LÁSCARALARCÓN, Yeris Gerardo. **Especificidades do Ensino de PLE. SIPLE - Sociedade Internacional de Português-Língua Estrangeira.** v. 4. Brasília, 2012. Disponível

em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=235:6-especificidades-do-ensino-de-ple&catid=64:edicao-4&Itemid=109. Acesso em: 04 jun. 2019 às 14:36.

BIZON, Ana Cecília Cossi. **Narrando o exame CELPE-BRAS e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2013. p. 27- 59.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 30, de 26 de janeiro de 2016. Brasília. Disponível em:

http://isf.mec.gov.br/images/2016/janeiro/Portaria_n_30_de_26_de_janeiro_de_2016_DOU.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 1.350, De 25 De novembro de 2010. Brasília. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/celpe-bras>. Acesso em 23 set. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 7.948, de março de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Acesso em: 15 de jun. 2019.

BRONCKART, Jean-Paul. 2009(1999). **Atividade de linguagem, textos e discursos:** por um interacionismo sócio – discursivo. 2 ed. São Paulo: Educ

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAGAS. Lucas Araújo. **Entre experiências e indícios:** o ensino de português para estrangeiros em contexto de imersão linguística. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2016. p. 27-58.

Dionísio, Cynthia Israelly Barbalho. **O exame Celpe-Bras: mecanismo de política linguística para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)** - João Pessoa, 2017. 265 f. : il.

Diniz, Leandro Rodrigues Alves, 1984- **Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma. **Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas**. 2. ed. e rev. ampl. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MACEDO, Camila Oliveira. **(RE) Planejamento De Cursos De Português Como Segunda Língua: Um Caminho Para Política Institucional**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI**. Trab. Ling. Aplic, Campinas, n(52.2): 409-433, jul./dez. 2013.

VYGOTSKY, L S. **A construção do pensamento e da linguagem**. S. Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICE

Dados dos Participantes

Nome: _____ Nacionalidade: _____
Curso: _____ Universidade: _____
Data de Nascimento: _____ Email: _____
Telefone: _____ Participante do Pec-G: Sim () Não ()

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTE ESTRANGEIRO

1. Quais métodos utilizados por você para aprender o português brasileiro?

2. A sua relação com pessoas e colegas ajudou no desenvolvimento de sua comunicação? Justifique?

3. Em sua opinião é mais fácil aprender a escrever ou a falar o português?

4. Quais dificuldades que você tem na aprendizagem do português brasileiro?

5. Cite os métodos utilizados por você que possa ajudar outros sujeitos estrangeiros que está com dificuldade em aprender a língua portuguesa.
